



CEDI - P. I. B.
DATA 08.12.86
COD. WTD05

A

GUERRA DE EXTERMINIO
CONTRA OS
WAIMIRI E ATROARI

"Bem sei que muita gente, entre ela a maioria dos letrados, estranha e condena a História escrita assim com tão grande franqueza. Se os historiadores escrevessem assim era bem possível que muitos desses crimes fossem evitados por se arreceiarem os criminosos da execração pública".

(General Alipio Bandeira
"Jauapery",
Manaus, 1926, pg.40)

Recebido em 11/11/80

II - 1850-1968: A RESISTÊNCIA A INJUSTA INVASÃO

As agressões aos povos indígenas da região de Roraima e da região do Estado do Amazonas, que se estende ao Norte de Manaus e Itacoatiara, tem uma história de mais de 300 anos. Nesta História de violência alguns povos desapareceram totalmente, como os Manauas.

Limitamo-nos a dois deles que continuam até hoje resistindo a essa invasão: os Waimiri e Atroari. Mais precisamente, limitamo-nos a História desses povos a partir de 1850, quando começa a aparecer uma documentação escrita mais abundante a respeito. É a partir da 2a. metade do século passado que se começa a configurar uma união dessas nações na resistência ao invasor, união que perdura até hoje.

Invasão da Terra

Nessa História de agressões, distingue-se antes de mais nada uma constante invasão dos territórios das nações Waimiri e Atroari, por meio de embarcações, a pé, por meio de aviões e máquinas de construções de estradas. Sempre de armas em punho, os agressores ferem e matam com o apóio tácito ou explícito do Estado Brasileiro. Levam consigo as doenças, instalam casas e cercas para definir "suas propriedades particulares", um verdadeiro câncer para a cultura, as tradições e as terras desses povos.

O governo dos invasores justifica o seu crime por meio de suas leis capitalistas. Mais especificamente:

- necessidade de um caminho para trazer gado para abastecer a cidade de Manaus;

- coleta de produtos de exportação para mercados nacionais e estrangeiros: batata, borracha, castanha ...

Saque do Habitat

Em verdade estabeleceu-se nos territórios desses povos um clima de saque, sem inquerir por sua legalidade. Os produtos básicos de subsistência (peixe, tartaruga, tracaçã, jacarês, castanha ...) dos Waimiri e Atroari, foram assaltados sem que os mesmos fossem consultados, ao contrário os invasores foram-se apropriando como se fossem os "donos absolutos" de tudo.

Balateiros, percadores, caçadores e coletores dirigiam-se periodicamente aos territórios Waimiri e Atroari, com a finalidade de explorar economicamente aquelas terras. Durante várias décadas os índios viram os seus territórios, todos os anos, invadidos, as suas roças e malocas depredadas por dezenas de trabalhadores que vinham a serviço de firmas nacionais e estrangeiras.

Escravidão

Repetidas vezes, o Estado Brasileiro e particulares tentaram escravizar os Waimiri e Atroari às obras públicas da Província. Pessoas desses povos foram capturados à força, vendidos e comprados no mercado de Manaus como escravos. Foram doadas às famílias "ilustres" da capital da Província, onde eram forçadas a servir como escravas.

Massacres e Resistências

Mas os Waimiri e Atroari se organizaram, resistiram e reagiram contra a injusta agressão física ao seu povo. Como consequência, foram impiedosamente punidos e sistematicamente mortos. "Caçados à bala como animais selvagens ou mortos à punhaladas". As suas aldeias eram saqueadas e queimadas. Os cadáveres largados para os corvos ou urubus. A partir de 1850 até a presente data os massacres contra os Waimiri e Atroari, entraram praticamente na rotina anual. Como não se rendiam à escravidão, chegaram a ser arrastados para a capital e retidos ali como prisioneiros de guerra no Quartel do Exército. Tratados, semanas e semanas, como palhaços da população local, sem que alguém acudisse em sua defesa.

Os seus instrumentos de sobrevivência e transporte: as ubãs (pequenas embarcações ou canoas) eram sem mais aprisionadas roubadas ou metidas à pique pelos invasores.

São raros os registros do número de vítimas desses massacres. Só através de relatórios feitos com base geral mente nas observações do povo regional ou de alguns participantes se tem notícias incompletas.

Abaixo alguns dados a respeito:

<u>ANO</u>	<u>DIA</u>	<u>VÍTIMAS ou REFERÊNCIA</u>	<u>AUIOR e MANDANTE</u>
1856	-	"banho de sangue" "com incrível crueldade	Oficial Manoel P. de Vasconcelos.
Da mesma época	-	"outros não menos inclementes "	-
1873	-	dois massacres: 1)- "morticínio horroroso, inconcebível". "Num lago encontrou grande nº de corpos, que boiavam" 2)- "custou a vida de muitos índios" "o número de mortos foi extraordinário".	Cel. João Rego B. Falcão Tte. Pastana. Governo do Estado
1874	-	"passou todo o ano a caçar índios no Jauaperi"	Tte. Antonio deOliveira Horta.
	20/10/74	"foram mortos um nº superior a 200"	"
	21/11/74	"outro massacre de grandes porções".	"
	22/11/74	"morreram muitos".	"
	23/11/74	"seguiu uma força para o teatro onde na véspera se dera o drama de sangue. Ahi encontrou, 23 índios feridos, todos escondidos entre a folhagem das árvores, onde estavam trepados silenciosos. Apontavam a arma, descarregavam ... caíram todos, à exceção de um que ficou preso a um galho".	"
1875	-	"grande mortanda".	Governo do Estado
1905	-	283 mortos (cf. Major Lima Fig.) 300 mortos (cf. M 14 e 15)	Cap. Júlio Catingueira Gov. Constantino Nery.
1928	-	Registra-se a única queixa dos Waimiri e Atroari. Justificaram um ataque feito contra a Firma Penha Cia. Bessa de Manaus, dizendo que o pessoal da Firma mataram dois índios e feriram outros e levaram a doença, morrendo em consequência muitos.	Edgard Penha e José Cândido Bessa.
1949	02/49	72 índios Waimiri barbaramente trucidados (22).	Caçadores de jacarés

Outra via para se chegar a tem um visãõ da realidade dos massacres so fridos é através dos dados estatísticos que temos à mão.

<u>ANO</u>	<u>POPULAÇÃO</u>	<u>FONTE</u>
1905	6.000	Koch-Kruenberg
1968	3.000	FUNAI
1974	2.000	FUNAI
1975	600-1.000	FUNAI

Em quase toda essa História dos Waimiri e Atroari, verifica-se ^{Agressão Gratuita} que a brutalidade contra esses povos foi tamanha que ao simples aparecimento do índio, ainda que tenha sido com intenções pacíficas, o invasor sentia-se agredido. E retriguia tal atitude do Índio, com desproporcionais agressões, matando e seguidamente reunindo a Fôrça Pública e lançando-a contra os indígenas que "ousaram" aparecer, fora dos seus esconderijos da mata. Mais, não raras vezes, até a mera suspeita de que algum índio esvesse escondido nalguma mata próxima se transformava em crime e aldeias interiras foram punidas em consequência.

O Mito da Crueldade Waimiri e Atroari

A resitência justa dos índios à gratuita agressão, deu ocasião a um novo tipo de guerra. A guerra ideológica. Criou-se o mito dos ataques, dos massacres e da crueldade dos Waimiri e Atroari. Mito que logo criou raízes na população ribeirinha espalhou-se pela região amazônica. Esse mito justificou e mitificou os bugreiros, os matadores ou caçadores de índios Krichanãs ou Waimiri-Atroari e também justificou a intervenção frequente do Exército.

A ação dos invasores revestia-se normalmente da mais vil covardia, matando indiscriminadamente indefesos: homens, mulheres e crianças. Muitos desses factos ficaram na memória da população regional que os glorifica como heróis. Celebrizam-se:

Os civis: Manoel Gonçalves, o Bicudinho. O professor Arruda da Vila de Moura, Camilo Gonçalves de Oliveira Netto e Edgard Penha.

Os militares: Cap. José Casemiro Ferreira do Prado, Cap. Gabriel Antônio Ribeiro Guimarães, o Oficial Manoel Pereira de Vasconcelos, Brigadeiro João de Rego Barros Falcão, Tte. Antônio de Oliveira Horta, Tte. José Joaquim de Paula Madureira, Tte. Emílio Augusto de Oliveira, Tte. Malaquias José Netto e o Cap. Júlio Catingueira.

O religioso: Fr. José Maria Villa, que conseguiu do Estado um substancial reforço de soldados para defender a população regional invasora dos territórios dos Waimiri e Atroari.

A ideologia do índio bruto, selvagem e agressor era ensinada nas escolas, havendo um professor, como vimos acima, que se distinguiu e se celebrou pela crueldade num massacre contra os Waimiri e Atroari, ocorrido em 1874, quando degolou brutalmente um índio. Por esse e outros exemplos, as crianças eram introduzidas, desde pequeninas, na crueldade contra aqueles povos, ou pelo menos, a aceitarem-na como acontecimento normal e justificável. No ano de 1874, após um grande massacre contra os Waimiri e Atroari, dirigido pelo Tte. Emílio Augusto de Oliveira, executado de forma gratuita, a soldadesca trouxe, "atravessado em uma ubã, a reboque da lancha, o cadáver de um índio que arrastado por uma praça da freguesia, esteve em exposição, sendo depois lançado ao rio" (27).

Catequese

Frustrados os esforços de dobrar os Waimiri e Atroari à força bruta, o Estado Brasileiro contratou e enviou missionários, sempre porém, apoiados e respaldados com armas e recursos públicos. O objetivo era derrotar a resistência desses povos. Mas os Waimiri e Atroari, continuaram resistindo e uma vez mais não aceitaram e derrotaram essa capciosa tentativa de domesticá-los à civilização.

Humilhados

Os Waimiri e Atroari sofreram também as mais variadas agressões morais. Foram tratados e manipulados como menores, tutelados, imbecis, selvagens, tarados, ingenuos e feras.

A sua História foi deturpada. A sua História Pre-Colombiana foi totalmente ignorada e desprezada. A História do Contato só pode ser lida e pesquisada, cá e lá, nas entrelinhas da falsa História a seu respeito, escrita ou contada, ou então através da tradição do povo regional cheia de preconceitos contra o índio. Assim a maioria das injustas agressões e massacres cometidos pelos invasores e pelo Estado Brasileiro fica na penumbra da História.

Tentativas de Pacificação dos Invasores

Avaliando e analisando ao longo de toda essa História, as atitudes dos Waimiri e Atroari, fica patente o seguinte:

- Os Waimiri e Atroari só atacaram, feriram ou mataram dentro do seu território tradicional e efetivamente ocupado.

- Os índios penetraram por diversas vezes para fora do seu habitat, para o meio do mundo dos invasores. Os relatos dessas penetrações, inclusive dos famosos "ataques" ao povoado de Moura, não se referem às vítimas causadas pelos Waimiri e Atroari à população regional.

O certo é que, durante essa longa e dolorosa História, os Waimiri e Atroari fizeram repetidas tentativas de pacificar os invasores, empreendendo arriscadas expedições de aproximação pacífica para o mundo dos invasores. Todas essas tentativas foram infrutíferas. A maioria delas transformou-se em motivo de traiçoeiros ataques que custaram a vida de centenas de membros das comunidades dessas nações. Esses ataques quase sempre foram promovidos, também nestas circunstâncias, pelas autoridades máximas do Estado, utilizando-se do instrumental bélico mais moderno da Força Pública, abastecida constantemente pelo mesmo Estado.

Há Séculos sem Paz

Todas as gerações de Waimiri e Atroari que nasceram e viveram nos últimos 300 anos, não sabem o que é tranquilidade. Foram forçadas pelo Estado Brasileiro e por firmas e pessoas particulares, a viverem, dentro do seu próprio habitat sagrado, num clima de constante sobressalto, clima que as forçou a evacuarem, não raras vezes e às pressas, as suas famílias do curso inferior para os altos dos rios, deixando tudo para trás.

Impunidade e Participação Oficial

Muitas expedições contra esses povos foram preparadas ostensiva e publicamente em Manaus com o apoio da população local, políticos e autoridades do Estado, contratando-se para esses empreendimentos, não apenas soldados, mas os mais conhecidos facínoras da região.

Não é de estranhar por isso que os crimes cometidos contra os povos Waimiri e Atroari, seja por autoridades civis e militares, seja por particulares, penna necessesem até hoje impunes.

A absurda agressividade chegou ao ponto em que um legislador, o Deputado Pedro Marinho, propunha à Assembléia Legislativa do Estado a gratificação de Cr\$ 1.000,00 para quem trouxesse a Manaus um Waimiri.

As pessoas que tentam oficial ou pessoalmente, uma nova ordem e mentalidade na região, a saber, de um mínimo de respeito ao Índio, foram perseguidas e até torturadas com a conivência, apoio e participação do Estado.

Agressão à Cultura e Participação Estrangeira

Muitos regionais que invadiram o território desses povos, vinham a serviço de pessoas e grupos estrangeiros.

Algumas vezes, houve inclusive tentativas de utilizar e estudar os Waimiri e Atroari como objetos de curiosidade por parte de nacionais e de estrangeiros.

A cultura dos Waimiri e Atroari foi pisoteada de todas as formas. E o constante clima de agressão, perseguição e depredação do habitat, obrigou-os a abandonar elementos essenciais de sua cultura. A coleta de frutas e a caça da fauna do baico dos rios, na época da estiagem, tornaram-se impossíveis, obrigando os Waimiri e Atroari a reformular a sua cultura, adaptando-a aos altos dos rios e igarapês e ao clima de insegurança permanente.

Observação: Para essa IIa. parte confira em anexo os documentos citados no final de 1 a 22 e 27 a 29, onde se encontram as provas das afirmações acima e maiores informações a respeito.

III - 1968-1980: " A POLÍTICA OFICIAL DO GOVERNO É INTEGRAR O ÍNDIO"

Desde 1.500 todo o contato das nações indígenas com o invasor europeu e seus descendentes, miscegenados ou não, foi desastroso para o primeiro. Podemos sintetizar em 4 as consequências trágicas sofridas pelas nações índias brasileiras nesse contato: A depopulação (genocídio provocado pelo assassinato de milhares de indígenas e pela transmissão de doenças), a destruição da cultura (etnocídio), a perda da terra e a tentativa sempre repetida de transformar o Índio em mão de obra escrava ou barata do invasor.

Entremeando essa política genocida e etnocida, o Estado Brasileiro tem constantemente aperfeiçoado as suas táticas, tanto para prosseguir a estrada desse crime, quanto para camuflá-lo, repaldando-se na anuência tácita ou explícita de toda a sociedade invasora.

A questão da terra se tornou particularmente aguda para o indígena a partir de 1850, quando o Governo Brasileiro desproprio todas as terras das nações indígenas, mediante a "Lei de Terras", que entregava ao Estado Brasileiro as terras que não estivessem tituladas.

Até a década de 1960-1970 o Governo Brasileiro sempre teve um amplo apoio e repaldo no seio da sociedade nacional, para a execução de sua política anti-indígena. Uma expressiva reação se esboçou por volta de 1910, quando o Estado foi forçado a criar o Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Mas essa reação não conseguiu organizar-se de forma mais permanente. E a política assililacionista (integracionista), oficial desde 1500, voltou logo a ter o apoio tácito da população, inclusive das autoridades eclesiásticas, que saudavam normalmente com muita euforia toda a expansão da sociedade nacional para dentro dos territórios índios.

A ruína dos povos indígenas era interpretada como uma consequência fatal de um processo histórico, que se evitava analisar.

Os Waimiri e Atroari, em particular, resistiram ao longo de toda essa História à toda essa gama de táticas destruidoras ali aplicadas. Na década de 1940 - 1950 o próprio órgão oficial de proteção ao Índio (SPI), loteou terras desses povos. Diversas vezes o Governo tentou ligar, via rodoviária, Manaus a Boa Vista, tendo os Índios, porém frustrado a todas as tentativas.

Responsabilidade Exclusiva do Governo

A partir de 1967 e 1968, quando se evidenciou o fracasso do SPI, começa

ram a se organizar letamente forças dentro da sociedade nacional, de apoio e respaldo ao Índio e à organização de uma política pró-Índio. Já em 1969, criou-se a Operação Anchieta (OPAN), que iniciou a formação de indigenistas, fora dos quadros oficiais ou seja da FUNAI. A OPAN encaminhou desde então dezenas de jovens para as áreas indígenas do País e contribuiu para a mudança de métodos missionários da Igreja Católica, bem como para a garantia da aplicação das linhas do CIMI, definidas em 1975. Em 1972 criou-se o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Posteriormente criaram-se outras entidades de apoio ao Índio: Associação Nacional de Apoio ao Índio (ANAI), Comissão Pró-Índio (CM-I), Grupo Kukuto Grupo de Estudos da Questão Indígena (GREQUI), (GAI) Grupo de Apoio ao Índio, e outros, sem falar da vigorosa organização das Assembléias indígenas incentivadas particularmente pelo CIMI a partir de 1974. Essas Assembléias são hoje uma voz forte que cobre o País e impossível de não ser ouvida.

Assim a determinação do Governo Brasileiro de construir a estrada de Manaus a Caracarái, a travessando o coração do território Waimiti e Atroari à revelia dos Índios e da opinião pública nacional, foi a declaração de uma guerra de extermínio àqueles povos, exclusivamente assumida pelos detentores do poder. Eles executaram a obra sabendo claramente que cometeriam um ato de genocídio. Disto foram repetidas vezes advertidos por homens públicos e por particulares e repetidas vezes reafirmaram a determinação "irreversível" da continuação da estrada.

Assim o Pres. da FUNAI, reponsável diante do Estado Brasileiro pelo destino dos Waimiti e Atroari, afirmou na abertura da 81a. sessão do Conselho Indigenista da FUNAI (CIF): "Os Waimiri-Atroari tem constituído problemas emocionais, não só no âmbito do nosso País como também no âmbito internacional (...) Há uma coisa que é certa: a decisão do Governo, que é irreversível, de continuar a estrada. Então, as nossas soluções tem que partir desta premissa: com a estrada... uma alternativa já foi tirada - a da estrada parar. O Governo já definiu a sua posição" (26).

Semelhabte afirmava, na mesma oportunidade outro portavoz oficial, membro CIF, o Major-Brigadeiro Carlos Alberto F. Lopes: "Os antropólogos não devem esquecer que o que interessa ao Governo Brasileiro é a integração do Índio na comunidade nacional. Isto é pacífico e consta do Estatuto do Índio. É inexorável e faz parte do desenvolvimento do Brasil. Esse grupo Waimiri-Atroari, dentro da política do Governo, terá que ser integrado (...) A estrada tem que ser construída" (26).

"O Cel. Arruda, (Comandante do 6º Batalhão de Engenharia e Construção) não vê outra solução para o problema dos Waimiri, senão a sua transferência. "A estrada é importante e terá que ser construída, custe o que custar. Não vamos mudar o seu traçado, que seria oneroso para o Batalhão, apenas para pacificarmos primeiro os Índios. A transferência é viável e coerente nas condições em que os fatos se apresentam. Os Índios continuarão matando, sejam trabalhadores do BEG sejam da FUNAI. Por que não levá-los para o Parque Nacional do Xingu? Lá não existem cerca de 14 tribos, vivendo pacificamente?" (O ESP 21/01/75).

Não faltaram vozes a advertir sobre as consequências dessa determinação inexorável: "E me arrisco a emitir minha opinião de discutir-se também, a decisão da irreversibilidade da estrada" - questionava o Prof. Olympio Serra (26). Semelhante Carlos Moreira Neto advertia o Pres. da FUNAI: "O que me ocorre, é e isto está claro para todos, é que a estrada é um mero começo de um processo de alargamento de ocupação inexorável na área. Não é uma estrada que passa numa reserva indígena. É todo um processo de transformação irreversível. Há ocupação dirigida e espontânea da área já em operação" (26).

O CIMI na 1a. Assembléia Regional de Pastoral Indigenista, realizada em Belém, em janeiro de 1975, dirigia ao Pres. da FUNAI, Gal. Ismarth de Araújo, um veemente apelo, para que solicitasse do Governo a suspensão dos trabalhos da estrada. Em caso contrário, que a FUNAI abandonasse as suas frentes de atração (FSP 23.01.75). Mas o Gal. Ismarth respondeu à mensagem do CIMI: "Não competindo a FUNAI a decisão da paralisação ou não dos trabalhos de construção da rodovia, teremos que planejar e desenvolver o nosso trabalho com a estrada ou sem ela". (35). (O grifo é nosso)

Os antropólogos de modo geral, assim como muitos funcionários da FUNAI, desde o Pe. Calleri até Gilberto Pinto F. Costa, embora não se posicionassem radicalmente contra a construção da estrada na terra dos Waimiri e Atroari, desde o início, contudo, advertiram para a maneira violenta e injusta com que a estrada penetrava no território indígena.

Calleri, quis iniciar o seu trabalho de atração lentamente pelo rio. Os órgãos governamentais forçaram a mudar o plano e penetrar pela picada da rodovia BR-174, Manaus-Caracarái que já estava dentro do território Waimiri e Atroari. Calleri com mais 9 pessoas foram mortos em nov. de 1968 como invasores. O seu erro foi prestar-se a levar a efeito uma política capciosa, evidentemente anti-Waimiri e Atroari.

Assim na invasão dos territórios dos Waimiri e Atroari, o Governo foi assumindo a partir de 1968, uma política ditatorial, cada dia mais agressiva e sangrenta contra esses povos.

O mito da irreversibilidade da estrada foi criado e difundido pelos cumpridores de ordem do regime, particularmente da FUNAI, e imposto ao índio e à opinião pública nacional e internacional, consciente de que se tratava de uma mentira.

Por isso, deveriam ser chamados a esse Tribunal todos os ex-presidentes da FUNAI, unanimemente envolvidos no genocídio e etnocídio desses povos: José de Queiros Campos, Gal. Oscar Gerônimo Bandeira de Mello, Cel. João Carlos Nobre da Veiga, além do Cel. Arruda, Comandante do 6º BEC, ao tempo em que se deram as mais vis agressões aos povos Waimiri e Atroari.

A estrada Manaus-Caracarái é apenas um exemplo de muitas outras estradas genocidas que nesta década rasgaram a terra e a alma de dezenas de povos indígenas do Brasil.

O mesmo se pode dizer com referencia à Barragem de Balbina, que está sendo construída nas terras dos mesmos índios. Ela faz parte de todo um programa nacional de barragens que estão sendo construídas em áreas indígenas. Segue uma relação incompleta de outras nações indígenas atingidas por barragens: Assurini e Parakanã no PA; Pankararé, Tuxá e Truká na BA; Krahô em GO; Kaingang, Xokleng e Guarani nos estados do RS, SC e PR.

Entrosamento dos órgãos oficiais na guerra às Nações Waimiri e Atroari.

Coube à FUNAI o comando da estratégia global do ataque aos Waimiri e Atroari. Frequentemente o Pres. da FUNAI, sobretudo o Gal. Ismarth, em sua política de Pilatos, lavou as mãos diante da opinião pública, culpando a "falta de entrosamento entre os diferentes órgãos do Governo que atuam na Amazônia Legal" (26), pelo desastroso destino imposto aos povos indígenas, particularmente aos Waimiri e Atroari. Realmente nunca existiu um entrosamento entre os diversos órgãos oficiais que atuam na Amazônia, para uma ação pró-índio Waimiri e Atroari, como não existiu em favor de nenhum povo indígena. Mas o que existiu e funcionou muito bem, pelo menos a partir de 1968, foi um ótimo entrosamento desses órgãos numa bem coordenada ação, visando a destruição e integração dos povos Waimiri e Atroari na sociedade nacional, mediante a construção da estrada BR-174 e a condução do processo desenvolvimentista nas terras desses povos.

A FUNAI e os demais órgãos do Governo, agem no território dessas nações, desde o início da construção da estrada, unidos e como donos absolutos da terra e do povo, evitando consultar a quem eventualmente pudesse questionar tal atitude.

Um pequeno relance sobre o desenvolvimento dos trabalhos da estrada, sob a constante coordenação de pelo menos três ministérios, nos dará uma pequena visão do perfeito entrosamento da ação contra os Waimiri e Atroari, entrosamento esse que raramente temos visto em trabalhos a favor do povo.

Em 1968 o Exército e o Ministério dos Transportes, utilizando-se de moderno maquinário, avançaram num primeiro momento, a estrada, quase de surdina, para dentro do território Waimiri e Atroari. Escalaram para a direção dos trabalhos na região, engenheiros e oficiais desumanizados e fanatizados por um progresso que não via o homem. Simultaneamente foram destinados para abrir caminho, soldados e trabalhadores braçais totalmente despreparados para entender sua missão destruidora da terra e vida desses povos. Além do maquinário para romper a mata e rasgar o chão dos Waimiri e Atroari, esses homens tinham ao seu dispor armas (A Crítica-Manaus, 15-4-75), aviões e helicópteros para acompanhar constantemente a movimentação indígena. "Enquanto os trabalhadores vão rasgando a selva, pequenos aviões e helicópteros sobrevoam a área das malocas dos Atroari. Qualquer sinal da presença indígena em direção à frente de trabalho é imediatamente comunicado (JB23/03/73)".

Toda a vez que um funcionário da FUNAI ou trabalhador da estrada era atcado pelos índios, as frentes de atração e de abertura da estrada eram recuadas e o Ecército tomava conta da região, com um agressivo esquema bélico, aparentemente para recolher os cadáveres e "proteger os servidores da FUNAI". (A Crit. 15.04.75). (O mesmo também sucedeu em outras frentes de estradas como no rio Peixoto de Azevedo, e em território dos Krenhakorore, em Mato Grosso).

Foi a esses militares do 6º BEC que a FUNAI confiou, após a morte de Gilberto Pinto, "todos" os seus sertanistas "contratados" que foram submetidos, a rigoroso regime de aprendizado no 6º BEC" -Cf.Gal.Ismarth ao Fiário de Brasília - 12.01.75).

Quando Ismarth, res. da FUNAI, visitava a região, não deixava de visitar o comandante da Região Militar, o Comandante do 6º BEC e o Comandante do 2º GEC, havendo sempre o melhor dos entrosamentos conforme eles mesmos noticiavam nos jornais.

As cúpulas da FUNAI também entrosaram muito bem com a SUDAM e o INCRA no incentivo ao avanço das frentes de colonização e a instalação de grupos empresariaais na região, o real objetivo de todos os esforços do Governo.

Apoio de outras Entidades

Desde o início dos trabalhos o esquema do Governo procurou envolver na estratégia anti-índigena a organismos não oficiais, brasileiros e internacionais, como missões religiosas e científicas, bancos...

Desde logo, contou com o apoio firme de empresas nacionais e estrangeiras, com interesses econômicos na região. Grupos empresariaais interessados em pecuária, indústria e mineração seguiram de imediatos caminhos abertos pelo Governo, afirmando o seu apoio público à obra, sem questionar o seu custo social. Esse apoio foi fornecido de forma explícita através de financiamentos bancários estrangeiros e nacionais para a estrada e demais obras, dentro do território Waimiri e Atroari. Mais recentemente até o Presidente da França, Giscard D'Estaing veio pessoalmente trazer o seu incentivo público ao Governo, oferecendo financiamento para a construção da Barragem e Hidrelétrica de Balbina, que atingirá de forma desastrosa a fauna dos rios e igarapés onde moram os Waimiri e Atroari e inundará parcialmente a sua área.

Algumas missões evangélicas fundamentalistas de origem americana, a MEVA (veja Revista Geográfica Universal, novembro de 1979) e o SIL, colaboram há vários anos com a FUNAI na sua política anti-Waimiri e Atroari.

A Igreja Católica, através da Missão Consolata, ofereceu em 1968 os préstimos do Pe. Calleri para coordenar a 1ª expedição de atração dos Waimiri e Atroari, organizada pela FUNAI. Após o desastre da expedição a Igreja Católica não mais colaborou. Entretanto, manteve-se até janeiro de 1975 numa política de omissão. As dioceses de Roraima, Manaus e Itacoatiara, onde se localizam as terras desses índios nunca tomaram posição alguma para a defesa desses povos tão violenta e injustamente atingidos pelos programas do Governo.

Oposição à Guerra de Invasão

A Imprensa, através de uma equipe de jornalistas, apontou, desde a morte do Pe. João Calleri, constantemente, para as verdadeiras causas da atitude enérgica dos índios contra os projetos do Governo. Essa posição a Imprensa continua mantendo até hoje.

Diversos antropólogos e até alguns funcionários da FUNAI, respaldados pela Lei, também alertaram, repetidas vezes, o Governo sobre os direitos dos índios que vinham sendo violados, embora nem sempre reagissem de forma consequente, mas ao contrário continuavam a prestar os seus serviços a mesma política do Governo.

A partir de janeiro de 1975 a Igreja Católica, através do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), iniciou um sistemático bombardeio, através da Imprensa, contra o programa do Governo nos territórios Waimiri e Atroari, programa esse que foi considerado pelo CIMI uma "invasão de Bárbaros" (A Crítica - Manaus, 27.03.75).

Contudo, em momento algum, houve encaminhamento de uma ação judicial contra as arbitrariedades do Governo, por meio de particulares ou de alguma dessas supra-citadas entidades.

A Política da FUNAI

Como já vimos acima, a estratégia global do processo de invasão e de extermínio dos Waimiri e Atroari foi comandada pela FUNAI, isto fica claro quando se analisam os objetivos e as táticas da FUNAI: na área, repetidas vezes, explicitados pelo Pre. do órgão, pelos Delegados Regionais e pelos chefes das FAWA. Os próprios Waimiri e Atroari também não tiveram dúvidas sobre isso, passando a combatê-la como tal.

Jamias se percebe no trabalho da FUNAI, interesse em armar os índios de instrumentos ou de um esquema que defendesse o seu território e o seu povo, da invasão promovida pelo Governo através da estrada. Não se tem um protesto oficial da FUNAI contra essa estrada, a grande inimiga que desencadeava o processo de destruição daqueles povos.

Ao contrário, há uma constante preocupação em desarmar os índios até dos mínimos instrumentos de autr-defesa. "Enquanto respondia ao apelo do Conselho Indigenista Missionário, o delegado da FUNAI aproveitou para oficializar uma medida anunciada anteontem pelo sertanista Apocema Meireles: a partir de agora, não será mais permitido distribuir terçados, facões, colheres e outros objetos cortantes aos Waimiri-Atroari, com os quais eles fazem suas flechas.

Mont'Alverne disse que o objetivo é evitar que os índios utilizem esses objetos na fabricação de flechas "para matar os civilizados". Acrescentou que os Waimiri-Atroari continuaram recebendo roupas, miçangas e outros objetos "mais importantes para eles". (OESP - 25.01.75).

Gilberto Pinto, quando chefe da (FAWA), subordinada a COAMA (Coordenação da Amazonia), tem como principal objetivo realizar a atração dos grupos indígenas Waimiri-Atroari que habitam o Norte do Estado do Amazonas, acelerando seu processo de integração na sociedade nacional, assim como, realizar trabalhos de apoio aos serviços da estrada Manaus Caracaraí (BR-174), nos possíveis contatos entre os trabalhadores da estrada e os silvícolas." (30).

A metodologia utilizada para chegar a estes objetivos sompreende uma variedade grande de táticas, tais como:

- A orientação do comportamento dos trabalhadores para se defenderem dos índios caso os encontrem, de forma a que não desgaste a imagem do Governo Brasileiro no Exterior. (25 e 26).

- A utilização quase exclusiva nas FAWA de servidores sem preparação alguma. Até a direção dos trabalhos da FAWA esteve vários anos entregue a uma pessoa sem formação indigenista alguma. Era um mateiro da região. Ausência total e consciente de antropólogos.

- A utilização como servidores auxiliares das FAWA, quase só de índios (menores perante a lei, tutelados do mesmo Governo e quase sempre sem documentos) pertencentes a outros povos indígenas da região amazônica. Assim utilizou-se sobretudo de Saterê-Maué, Muras, Tucano, Munduruku, Tariano, Dessano, Xavante e Surui. De 1976 para cá transferiu-se somente para frente do rio Camanau aproximadamente 150 índios Saterê-Maué. É a velha tática do colonizador de jogar oprimidos contra oprimidos, índios contra índios.

- A desarticulação paulatina da organização Waimiri e Atroari, inibindo os movimentos desses povos dentro do seu próprio território. Desde logo, ela começa a transmitir ordens aos índios quanto às regiões que podiam perambular e quais as que eram proibidas, sempre tendo como ponto de referência a penetração da estrada. Assim, dentro do mesmo esquema, um bom tempo, uma grade debaixo da ponte do St. Antonio de Abonari, impediu o livre trânsito dos índios com as suas ubás, para que os índios aos poucos se acostumassem a ficar da ponte para cima, librando o território restante para sociedade nacional. Um servidor da FUNAI acusou o órgão de ter proibido o chefe principal dos Atroari, Maroaga de fazer um roçado à estrada. O servidor que fez a denúncia foi demitido e publicamente ridicularizado, taxado de louco, "analfabeto", sensacionalista e "débil mental" (A Crítica e A Notícia - Manaus, 5.3.75), pelo próprio delegado Regional da FUNAI.

- A divisão dos índios, instilando neles a idéia de que quem resiste aos invasores é "mau" e os que seguem o jogo da FUNAI e dos invasores são os "bons". (25). Através da Imprensa o próprio Presidente da FUNAI, Gal. Ismarth, e outros dirigentes do órgão procuraram frequentes vezes apresentar como motivos dos massacres uma briga entre os dois principais chefes da resistência, Comprido e Maroaga. Essa briga, a concluir pela ação concorde dos dois, jamais existiu, não passando a hipótese de um stratagem para justificar novas violências contra os Waimiri e Atroari.

- A manutenção de um ambiente de invasão armada e de superioridade numérica e bélica do invasor. (25) Essa política traumatizante

verdadeiras causas apontadas pela evidência e o bom senso e partir para uma política pró-Waimiri e Atroari.

- Diante da evidência das invasões, via colonização, oficial ou oficiosa, diante da instalação de projetos do Governo ou de particulares na terra dos índios, a FUNAI promete ampliar a área interdita e demarcar as terras dos Waimiri e Atroari. Em verdade sucedeu-se os dirigentes do órgão, mas nada disso aconteceu até hoje. Ao contrário, dia a dia cresce a ousadia das invasões. Trata-se de uma tática a mais para tranquilizar a opinião pública.

Resumindo, o programa da FUNAI segue o seguinte roteiro: seduzir os índios por meio de brindes, reduzi-los a áreas sempre menores, dar proteção aos invasores, aos construtores dos projetos oficiais e oficiais do Governo. Remover o obstáculo que os índios representam para a instalação dos projetos do Governo e dos empresários na região. Preparar os índios para serem mão-de-obra útil nas mãos desses empresários. Assim se completa a almejada integração ou emancipação indígena.

IV - A VERDADEIRA HISTÓRIA DOS MASSACRES

Como já vimos acima o mito da crueldade dos Waimiri e Atroari, mito que se divulgou na região amazônica e pelo País, fez parte de uma ideologia do Governo para justificar a invasão e a violência contra essas nações indefesas, visando a aceitação e o reapaldo de toda a sociedade nacional para o criminoso e definitivo ataque que determinara contra esses povos.

Neste esquema, as mortes causadas pelos índios aos seus invasores de 1968 até 1975 foram amplamente utilizadas, tendo por isso mesmo uma inusitada repercussão na imprensa nacional e internacional. Essas mortes, plenamente justificáveis, para quem via o seu habitat, a sua casa e o seu povo constantemente provocado e invadido, não ultrapassou o número de 25 pessoas, nesse período. Entretanto, a redução das nações Waimiri e Atroari de 3.000 para 1.000 ou até 600 pessoas, atendo-nos aos dados oficialmente fornecidos, em apenas 6 anos, não teve repercussão alguma e é apresentada pelo Governo como casual, fazendo parte de um processo de integração necessária e irreversível. Em todo esse desastroso destino imposto pelo Governo aos dois povos, nenhuma morte de Waimiri e Atroari foi oficialmente registrada. Em nenhum momento interessou ao Governo saber quantos índios foram mortos pelos funcionários da FUNAI, pelos militares, pelos trabalhadores braçais por outras frentes de invasão e pelas doenças, criminosamente levadas aos índios, pela estrada, pelas expedições da FUNAI e pela própria equipe médica da FUNAI. Um funcionário que casualmente se defrontou com um dos crimes da equipe médica da FUNAI, foi afastado da área. Seu nome foi cuidadosamente retirado de todos os relatórios do órgão da época em que ali atuou.

Após cada morte infligida pelos índios a funcionários da FUNAI, esta instaurava um inquérito para apurar as causas da violência dos índios, como mais uma tática para esconder a realidade dos fatos. Porque, apesar do espalhamento nunca chegou o resultado de tais inquéritos à opinião pública. Em fev/75 o Ministério da Justiça, através da Polícia Federal chegou ao cúmulo do absurdo, quando abriu um inquérito policial contra as nações Waimiri e Atroari (27).

Apesar da imprensa, de indigenistas e de missionários apontarem frequentes vezes as evidentes causas da reação violenta dos índios à invasão, o Governo autoritariamente desviara a evidência dos acontecimentos, justificando o crime através da irreversibilidade da estrada.

A verdade é que os índios sentiram que a invasão de sua terra pela estrada e pelos postos da FUNAI ameaçava definitivamente a fonte de sua vida, a razão de ser de sua cultura e do seu povo e conseqüentemente toda a sua existência. Esforços sobreumanos e de extrema coragem fizeram reagir com armas primitivas, contra o invasor incomparavelmente mais forte e mais numeroso.

Graves suspeitas pesam pelo menos sobre dois desses dramáticos momentos de resistência dos Waimiri e Atroari. Suspeitas de que tenham morrido mais índios do que funcionários, do Governo. Vários funcionários da FUNAI estão concordes em afirmar que no último grande ato de resistência dos Waimiri e Atroari, ocorrido no final de 1974, morreu Maroaga, o principal chefe da resistência Waimiri e Atroari.

Talvez nunca nos será possível saber como foi que os povos Waimiri e Atroari, em paenas 6 anos foram reduzidos de 3.000 para 600 pessoas, apesar das diversas pistas que temos em mão. Uma coisa porém, é certa em todo esse processo mais recente de extermínio desses povos: A responsabilidade exclusiva do Governo que instalou um programa global, conscientemente genocida e etnocida na vida daqueles povos. Metas evidentes desse programa foram e continuam sendo:

- a invasão e o desrespeito pelos seus territórios secularmente ocupados e defendidos;
- a ocupação armada dos seus territórios;
- a divulgação ampla de uma campanha, impondo ao povo a estrada como um fato irreversível para o desenvolvimento do País e para a segurança nacional, sem nunca apontar para o custo social e humano da obra;
- a ameaça da transferência dos Waimiri e Atroari;

- a política de "pacificação" desses povos, executada pela FUNAI, instalando, sem autorização alguma, postos para atrair os índios através de presentes, buscando convencê-los da mentira de que a estrada lhes traria benefícios, ou no mínimo não os prejudicaria. Essa mentira foi levada aos Waimiri e Atroari por todas as autoridades da FUNAI, chefes da FAWA e Delegados Regionais e até os seus presidentes se valeram dela;

- Finalmente, a própria construção da estrada para desencadear um amplo processo de redução dos territórios dessas nações e o extermínio definitivo dos mesmos. Efetivamente, através da estrada vieram as doenças, dizimando o povo; os grileiros; os intrusamentos do território; as serrarias; as agro-pecuárias; a colonização do INCRA; as mineradoras; a Barragem de Balbina; os loteamentos do território e os projetos turísticos, todos eles iniciativas oficiais ou oficiosas do mesmo Governo. (24)

Diversos funcionários da FUNAI perceberam claramente para onde conduzia o seu esforço de atração. (24)

Os Waimiri e Atroari, confederados numa admirável união, possivelmente continuam resistindo apesar de batidos pelas armas desiguais e pela covarde invasão. Eles estão dando ao mundo um lancinante grito em prol dos povos minoritários injustamente esmagados pelos grandes estados. Eles denunciam e questionam a visão dos direitos humanos a partir desses grandes Estados capitalistas. É possível haver um Governo justo enquanto esses grandes estados estiverem à frente dos destinos da humanidade?

Ainda hoje o Estado Brasileiro continua no encalço dessas duas pequenas nações. Mas mesmo peregrinando pela mata de esconderijo em esconderijo, os Waimiri e Atroari com a sua própria História e com a sua sociedade organizada, com o seu sistema de parentesco próprio, com a sua organização social, política, econômica e religiosa própria e certamente superior à do invasor, continua desafiando a nossa sociedade, injusta e opressora e a nossa visão do mundo individualista.

Quem será o verdadeiro derrotado dessa guerra?

Já amanhece o dia que nos revelará a verdade.

SIGLAS

- 1 - ANAI = Associação Nacional de Apoio ao Índio.
- 2 - BEC = Batalhão de Engenharia e Construção.
- 3 - CIF = Conselho Indigenista da FUNAI.
- 4 - CIMI = Conselho Indigenista Missionário.
- 5 - CNBB = Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.
- 6 - COAMA = Coordenação da Amazônia.
- 7 - CPI = Comissão Pró-Índio.
- 8 - FAWA = Frente(s) de Atração dos Waimiri e Atroari.
- 9 - FUNAI = Fundação Nacional do Índio.
- 10- GAI = Grupo de Apoio ao Índio.
- 11- GEC = Grupamento de Engenharia e Construção.
- 12- GREQUI= Grupo de Estudos da Uestão Indígena.
- 13- INCRA= Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
- 14- MEVA = Missão Evangélica da Amazônia.
- 15- OPAN = Operação Anchieta.
- 16- SIL = Summer Institut of Linguistics.
- 17- SPI = Serviço de Proteção ao Índio.
- 18- SUDAM= Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia.

DOCUMENTOS DE BASE

- 1 - Fala dirigida à Assembléia Legislativa Provincial do Amazonas em 1.10.1857 pelo Pres. da Prov. Ângelo Thomas do Amaral, pg. 614 - Typografia Universal de Laemmert. Rio de Janeiro, 1858.
- 2 - "Relatório que à Ass. Leg. Prov. do AM. apresentou na Abert. da Sessão Ordinária em o dia 3.5.1850 Franc. J. Furtado, Pres. da mesma Prov.", pg. 237 - Typogr. de Franc. J. da Silva Ramos, Manaus, 1859.
- 3 - "Rel. que à Ass. Leg. Prov. do AM. apresentou na Abertura da Ses. Ord. em o dia 7.9.1858 Franc. J. Furtado, Pres. da mesma Prov.", pg. 36 - Typogr. de Franc. J. da Silva Ramos. Manaus, 1858.
- 4 - "Rel. que à Ass. Leg. Prov. do AM. apresentou na Abert. da Ses. Ord. em o dia 7.9.1858 Fr. J. Furtado, Pres. da mesma Prov.", pg. 37. Typogr. de Fr. da Silva Ramos. Manaus, 1858.
- 5 - "Rel. que à Ass. Leg. Prov. do AM. apresentou na Abert. da Ses. Ord. da 5a. Legislatura, no dia 3.5.1861, pelo Pres. da mesma o Exmo. Sr. Manoel Clementino Carneiro da Cunha", pg. 534.- Typ. de Fr. J. da Silva Ramos. Manaus.
- 6 - "Rel. com que o Exmo. Sr. Dr. Ant. Epaminondas de Mello entregou a Administração da Prov. do AM. ao Exmo. Sr. Dr. Gustavo A. Ramos Ferreira. Vice-Pres. da mesma, em 24.6.1866", pg. 309. - Typ. do Jornal do Recife. Recife, 1966. Idem pgs. 334-335.
- 7 - "Rel. que à Ass. Leg. Prov. do AM. apresentou no acto da Abertura das Ses. Ord. de 1871 o Pres. José de Miranda da Silva Reis, em 25.3.1971, pgs. 35-36. Typ. "Amazonas", de Ant. de Cunha Mendes, Manaus, 1971.
- 8 - "Rel. apresentado à Ass. Leg. Prov. do AM., na 1a. Ses. da 13a. Leg., em 25.3.1976, pelo Exmo. Sr. Pres. da Prov. Dr. Ant. dos Passos Miranda", pg. 611. - Typ. do "Diário do Gram-Pará" - Imp. Raymundo V. Goncalves. PA. 1876.
- 9 - "Rel. apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Agesilou P. da Silva, Pres. da Prov. do AM., pelo Dr. Domingos Jacy Monteiro, dp. de ter entregue a Administração da Prov. em 26.5.1877, pgs. 747-749. Typ. do "Amazonas" de José C. dos Santos. Manaus, 1878.
- 10- Falla com que o Exmo. Sr. Barão de Maracajú, Pres. da Prov. do AM. no dia 29 de março de 1879, abriu a 2a. Ses. da 14a. L. Prov", pg. 33-35. Manaus.
- 11- Falla c/ q/ o Exmo. Sr. Dr. Alarico José Furtado, abriu a Ses. ex traord. da Ass. Leg. Prov. do AM., em 27.8.1881, pg. 9.- Typ. do AM. de J.C. dos Santos, Manaus, 1882.

- 12 - "Exposição com que o ex-Pres. do AM., Exmo. Sr. Dr. Alarico J. J. Furtado, passou a Adm. da Prov. ao 2º Vice-Pres. Romualdo de Souza Paes de Andrade" , pg. 20. 1882.
- 13 - Rel. do Inspector, Insp. do AM. e AC., SPI, Min. da Agric. Ind. e Com., referente ao ano de 1927. pgs. 16-19.
- 14 - Huebner, Georg e Koch-Gruenberg, Theodor. "Die Yauapery"- Zeitschrift fuer Ethnologie, Ano 39, 1907, Berlin.
- 15 - Koch-Gruenberg, Theodor. "Vom Roraima zum Orinoco", Verlag Dietrich Reiner, Berlin, 1917.